

A repressão da ditadura civil-militar às universidades brasileiras: uma análise da trajetória de três professores cassados pela UFRJ

The repression of the civil-military dictatorship on brazilian universities: an analysis of the trajectory of three professors dismissed by UFRJ

Lucas Barroso REGO¹

Resumo: O presente artigo examina o impacto repressivo do regime ditatorial (1964-1985) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), focando nas vidas de três professores cassados: Josué Apolônio de Castro (1908-1973), Maria Laura Mouzinho Leite Lopes (1917-2013) e Wanderley Guilherme dos Santos (1935-2019). Contextualizando o ambiente universitário como alvo central da repressão, o estudo revela como a “Operação Limpeza” e o Ato Institucional nº 5 (AI-5) intensificaram perseguições, demissões e exílios. Utilizando uma metodologia qualitativa e micro-histórica, a pesquisa demonstra que, apesar das adversidades impostas pelo regime ditatorial, esses professores mantiveram seu compromisso com a ciência e a educação brasileiras, contribuindo de forma significativa para suas respectivas áreas de atuação. A conclusão ressalta a importância de preservar suas memórias como símbolo de resistência intelectual e de luta por justiça e democracia, sublinhando a relevância de refletir sobre os impactos da ditadura nas universidades brasileiras para promover um futuro mais inclusivo e democrático.

Palavras-chave: Regime Ditatorial; Censura; Biografia; Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Abstract: This article examines the repressive impact of the dictatorial regime (1964-1985) on the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), focusing on the lives of three dismissed professors: Josué Apolônio de Castro (1908-1973), Maria Laura Mouzinho Leite Lopes (1917-2013), and Wanderley Guilherme dos Santos (1935-2019). By contextualizing the university environment as a central target of repression, the study reveals how the "Operação Limpeza" and Institutional Act No. 5 (AI-5) intensified persecutions, dismissals, and exiles. Using a qualitative and micro-historical methodology, the research demonstrates that, despite the adversities imposed by the dictatorial regime, these professors maintained their commitment to Brazilian science and education, significantly contributing to their respective fields. The conclusion highlights the importance of preserving their memories as symbols of intellectual resistance and the fight for justice and democracy, emphasizing the need to reflect on the impacts of the dictatorship on Brazilian universities to promote a more inclusive and democratic future.

Keywords: Dictatorial Regime; Censorship, Biography; Federal University of Rio de Janeiro.

Introdução

Este artigo se insere nas análises focadas nas trajetórias dos professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que foram cassados pela instituição durante a ditadura civil-militar (1964-1985). A investigação faz parte do projeto de pesquisa “A UFRJ e a ditadura civil-militar (1964-1985): lugares de memória e trajetórias”, vinculado à Divisão de Memória Institucional (DMI) do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da UFRJ.

¹ Graduando no curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSSELVI). Pesquisador vinculado à Divisão de Memória Institucional (DMI - SiBI/UFRJ), atuando na linha de pesquisa “A UFRJ e Ditadura Civil-Militar (1964-1985)”, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Andréa Cristina de Barros Queiroz.

O principal objetivo deste projeto é explorar os impactos repressivos e as violações de direitos humanos promovidos pelo regime ditatorial na universidade. Além disso, busca-se entender as dinâmicas de conflito, resistência, conciliação e apoio dentro da comunidade universitária em relação ao governo autoritário, por meio do estudo das trajetórias de vida dos 46 professores cassados nesse período.

Durante a ditadura, as universidades brasileiras se tornaram centros de acirradas disputas, vigilância e controle autoritário. A repressão institucional se manifestou de várias formas, tanto dentro quanto fora dos campi. O ambiente universitário foi um dos principais alvos dos agentes repressivos, e a "Operação Limpeza" deu início às primeiras ações de repressão logo após a promulgação do Ato Institucional número 1 (AI-1). Dezenas de professores enfrentaram perseguições políticas, aposentadorias compulsórias, demissões arbitrárias, expurgos, prisões e torturas.

O Ato Institucional número 5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968, intensificou a repressão nas universidades, permitindo a cassação de direitos civis e políticos sem necessidade de julgamento e fechando o Congresso, entre outras medidas autoritárias. Com base no AI-5, muitos professores e pesquisadores, inclusive da UFRJ, foram expulsos de suas funções. Sob uma fachada democrática, os governos militares criaram legislações específicas, como o decreto-lei número 477, de fevereiro de 1969, conhecido como o "AI-5 das Universidades". Promulgado pelo general Artur da Costa e Silva, o decreto permitia a expulsão e punição de professores, estudantes e funcionários administrativos acusados de "subversão", acelerando os casos de expulsão sem julgamento prévio e instaurando um clima de terror nos campi.

A então Universidade do Brasil (UB), atual UFRJ, ilustra bem esse cenário de repressão institucional. Mesmo antes do golpe de 1964, a instituição já possuía o Código Disciplinar 135, que previa sanções internas para a "subversão". Professores, estudantes e funcionários podiam ser advertidos, repreendidos, suspensos e demitidos, dependendo da "gravidade" da infração, em um processo rápido e sumário.

A repressão resultou em uma significativa diminuição do corpo docente da UFRJ, na expulsão de estudantes e em um grande impacto negativo no desenvolvimento de pesquisas, especialmente nas áreas de Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras. As bibliotecas universitárias também sofreram censura em suas obras. Entre 1969 e 1974, 24 estudantes e 2 professores da instituição desapareceram ou foram assassinados pela ditadura, segundo o relatório da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos (Queiroz, 2018).

Nesse contexto, apesar das tentativas de criar programas de pós-graduação alinhados aos ideais modernizadores-conservadores do regime ditatorial (Motta, 2014), a UFRJ enfrentou uma significativa redução em seu corpo docente. O período também testemunhou a expulsão de estudantes, o que impactou negativamente a produção de pesquisas, tanto as novas quanto as que estavam em andamento antes do golpe.

No campo das Ciências Humanas, a repressão foi mais intensa. No Departamento de História, por exemplo, os programas de pós-graduação não se concretizaram. Muitos professores foram cassados pela instituição, enquanto outros se aposentaram, sem que houvesse reposição na mesma velocidade, mesmo após o fim do regime de cátedra. Como resultado, a pesquisa foi enfraquecida, como exemplifica o recém-criado Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), que não presenciou defesas de dissertações no campus até 1982 (Ferreira, 2014).

Em termos gerais, 46 professores foram cassados pela UFRJ entre 1964 e 1985. Desse total, 62,5% lecionavam em Ciências Humanas, com destaque para os cursos de Ciências Sociais, e 31,3% em Ciências Exatas. A antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) foi especialmente afetada na primeira onda de expurgos, com mais de 70% dos professores expulsos ligados a ela. Na segunda onda, o recém-criado Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) teve 10 professores cassados após o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Dada essa quantidade significativa, um caminho para compreender os impactos da repressão dentro da Universidade é explorar como a conjuntura autoritária afetou a instituição através de seus docentes, reconhecendo que uma escala particular de observação pode gerar novas perspectivas e abordagens (Revel, 1998).

Nessa perspectiva, a trajetória de um determinado indivíduo ganha um significado crucial ao se tornar um elemento constitutivo – não apenas contido dentro, mas formador – da sociedade. Neste contexto, a memória desse indivíduo adquire grande importância historiográfica. Assim, suas experiências pessoais, desejos, sofrimentos, decepções, privações e traumas são pontos de referência que delineiam a singularidade de sua identidade como indivíduo social (Ferreira, 1997).

Com base nestes contributos, este trabalho se propõe a analisar a trajetória de três docentes da UFRJ antes, durante e após a ditadura civil-militar (1965-1985), abordando os principais acontecimentos que marcaram suas vidas. Para tanto, a metodologia utilizada é de base qualitativa (Aires, 2011) e micro-histórica (Ginzburg, 1989; Revel, 1998), fundamentada em um estudo de caso (Yin, 2005).

Os professores abordados são: i) Josué de Castro, renomado médico e geógrafo que dedicou sua carreira ao estudo da fome e desigualdade social; ii) Maria Laura Mouzinho Leite Lopes, uma pioneira na matemática e primeira mulher a obter doutorado na área no Brasil; e iii) Wanderley Guilherme dos Santos, filósofo e cientista político, cuja produção crítica e envolvimento com o ativismo estudantil o tornaram alvo da repressão.

A escolha desses professores reflete a diversidade das áreas do conhecimento afetadas pela repressão política, evidenciando o impacto profundo e abrangente do regime militar na UFRJ, como reflexo de uma política de repressão sistemática que atingiu diferentes campos do saber e áreas de pesquisa. A análise da trajetória desses docentes, portanto, não só ilumina a amplitude da repressão, mas também sublinha a importância de publicizar suas memórias e contribuições para a ciência brasileira.

Percurso metodológico

Neste estudo, a metodologia adotada se fundamenta na análise das trajetórias para examinar os impactos do golpe militar de 1964 nas esferas pessoal, profissional e acadêmica dos professores cassados pela instituição durante a ditadura militar no Brasil. Para isso, emprega-se uma perspectiva que valoriza as histórias individuais e suas subjetividades, inserindo a pesquisa no campo da micro-história, que ganhou destaque nas décadas de 1970 e 1980 por sua abordagem detalhada das experiências e identidades individuais em contextos sociais e culturais amplos.

A micro-história surgiu como uma reação às grandes narrativas que prevaleciam na historiografia tradicional, propondo uma análise cuidadosa das subjetividades e ações individuais. Carlo Ginzburg, Edoardo Grendi e Giovanni Levi foram figuras centrais no desenvolvimento desse campo, trabalhando em torno da revista *Quaderni Storici* e da coleção *Microstorie*. Segundo Revel (1998), a micro-história reinterpreta conceitos e métodos, propondo uma investigação detalhada das experiências pessoais para enriquecer a compreensão dos fenômenos sociais.

A memória desempenha um papel central na construção das identidades individuais e coletivas dentro dessa metodologia. De acordo com Romero (2007), a memória é um elemento essencial para a consciência que um ator social tem de seu próprio passado, vinculando-se à identidade e às subjetividades. Pollak (1992) aponta que a memória coletiva pode ser conflituosa e problemática, evidenciando a disputa entre memórias oficiais e as memórias

marginalizadas e excluídas. Essa abordagem permite explorar memórias silenciadas pela história oficial, cristalizadas nos detalhes das vidas individuais.

O método indiciário, proposto por Ginzburg (1989), é crucial para esta pesquisa, focando em detalhes aparentemente insignificantes que revelam aspectos importantes das experiências individuais. A análise das trajetórias de vida, segundo Bourdieu (1996), não segue um caminho lógico e linear, mas é marcada por bifurcações e imprevisibilidades. A trajetória de vida é vista como uma série de posições ocupadas sucessivamente por um indivíduo em um espaço social em constante transformação.

Para compreender essas trajetórias, é fundamental equilibrar a análise entre os âmbitos público e privado, seriedade e espontaneidade, objetivo e subjetivo. A micro-história, ao valorizar as experiências individuais, oferece uma compreensão mais rica e humanizada dos processos históricos, permitindo reconstruir dinâmicas de sociabilidade, intimidades e sentimentos dos agentes históricos, e destacando a importância das ações individuais na formação da história.

Dessa forma, a trajetória de um indivíduo ganha relevância significativa ao se tornar um elemento formador da sociedade, não apenas contido nela, mas atuante em sua formação. A memória desse indivíduo adquire grande importância historiográfica, pois suas experiências pessoais, desejos, sofrimentos, decepções, privações e traumas delineiam a singularidade de sua identidade como sujeito social (Ferreira, 1997).

Aplicar essa abordagem no estudo das trajetórias dos professores cassados durante a ditadura militar brasileira proporciona uma visão relevante dos impactos pessoais e profissionais do regime autoritário. As experiências desses indivíduos, muitas vezes silenciadas, revelam as complexidades e contradições das narrativas históricas convencionais, contribuindo para uma compreensão mais detalhada e ampla do período.

A análise das trajetórias e subjetividades evidencia, portanto, a complexidade e a riqueza inerentes à prática historiográfica. Compreender as vidas individuais, que não seguem um caminho linear e coerente, exige um exame cuidadoso dos contextos sociais, culturais e temporais que moldam essas experiências. A abordagem micro-histórica, ao considerar as bifurcações e as imprevisibilidades das trajetórias pessoais, vai além da narrativa simplificada e abraça o dinamismo das vidas humanas.

Reconhecer e valorizar a singularidade das memórias e relatos pessoais não apenas enriquece a historiografia, mas também promove uma compreensão mais profunda da identidade social e da construção de sociedades mais inclusivas e autênticas. A metodologia

que integra essas dimensões subjetivas e contextuais não apenas amplia as possibilidades da pesquisa histórica, mas também fortalece a capacidade de conectar o passado ao presente.

A trajetória de três professores cassados pela UFRJ

Será examinada, a seguir, a vida e o legado de três professores que enfrentaram a repressão durante o regime militar, cujas trajetórias evidenciam o profundo impacto da ditadura na UFRJ. Cada um desses acadêmicos, em suas respectivas áreas, sofreu com as limitações e restrições impostas pelo regime. A análise de suas histórias não apenas revela os desafios pessoais e profissionais que enfrentaram, mas também destaca a resistência e a contínua luta por justiça e democracia, mesmo sob um governo autoritário.

A seleção de Josué Apolônio de Castro, Maria Laura Mouzinho Leite Lopes e Wanderley Guilherme dos Santos como estudos de caso ajuda a mostrar a diversidade das formas de resistência e das áreas do conhecimento impactadas pela repressão. Compreender suas trajetórias de vida é, portanto, fundamental para reconhecer o impacto da repressão ditatorial e valorizar o legado desses intelectuais que se opuseram ao regime ditatorial.

Josué Apolônio de Castro (1908-1973)

Josué Apolônio de Castro nasceu no dia 05 de setembro de 1908, na cidade de Recife, capital de Pernambuco (PE). Foi filho único de uma professora pernambucana e de um comerciante paraibano, que se separaram quando tinha apenas seus quatro anos de idade. Em seus primeiros anos, cresceu em sua cidade natal. Em sua mocidade, foi matriculado em colégios da região, com destaque para o Instituto Carneiro Leão e o Ginásio Pernambucano.

Quando tinha quinze anos, foi aprovado para ingressar na Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB). Após três anos, solicitou transferência para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, vinculada à então Universidade do Rio de Janeiro (URJ), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mudou-se para a então capital do Brasil. Em dezembro de 1929, formou-se em Medicina, com aprovação distinta nas cadeiras cursadas.

Em sua carreira profissional, atuou como médico em fábricas e em clínicas próprias. No ano de 1932, foi aprovado em um concurso de livre-docência da cátedra de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife. Meses depois, foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, onde lecionou a cadeira de Antropogeografia Social e

foi vice-diretor.

Após cinco anos, mudou-se novamente para o Rio de Janeiro. Por indicação de Roquette-Pinto, foi admitido como o detentor da cátedra de Antropologia na recém-criada Universidade do Distrito Federal (UDF), onde passou a ministrar as disciplinas de Antropologia Física e Geografia Humana. Todavia, com o Estado Novo, a instituição foi extinta e sua estrutura foi englobada pela nova Universidade do Brasil (UB), antiga URJ.

Em 1939, graduou-se em Filosofia pela UB. Em 1940, foi nomeado para a cátedra de Geografia Humana da nova Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), vinculada à mesma instituição. Durante a década, também atuou como Chefe do Departamento de Geografia, do Conselho Departamental da FNFi e diretor do novo Instituto de Nutrição.

Em 1950, ausentou-se do seu cargo catedrático para ingressar na vida político-partidária. Filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nas eleições de 1950, não chegou a receber nem 5.000 votos e não foi eleito. Todavia, em 1952, por uma diferença de apenas quatro votos, foi eleito presidente do Conselho Consultivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), exercendo essa função diplomática até 1956. Em 1954, foi eleito deputado federal pelo PTB, sendo reeleito em 1958.

Entretanto, em 1962, renunciou ao seu cargo para ser nomeado para o cargo de Chefe da Delegação do Brasil em Genebra, com a categoria de Embaixador para assuntos ligados à Organização das Nações Unidas (ONU). Ficou no cargo até o dia 09 de abril de 1964, quando foi dispensado por Ranieri Mazzilli, em exercício do cargo de presidente interino da República. No dia 10 de abril, teve seus direitos políticos cassados por dez anos em decorrência da outorga do primeiro Ato Institucional pela ditadura civil-militar brasileira.

Dias após sua exoneração, Josué de Castro, juntamente com outros professores brasileiros cassados pelo regime ditatorial militar, foi formalmente convidado pela reitoria da Universidade do Chile para compor seu corpo docente. Mesmo declinando do convite, essa proposta, dias após ser exonerado de um importante cargo diplomático, demonstrou a continuidade de sua brilhante carreira internacional.

Recebeu ainda outras solicitações catedráticas de mais doze universidades internacionais, sendo nove delas localizadas na América, como no México, no Uruguai e no Peru, por exemplo, e em África. Meses após, concluintes do curso de Sociologia da Universidade Central da Venezuela o elegeram como seu paraninfo.

Exilou-se em Paris, capital da França, onde dirigiu a nova filial francesa do Centro Internacional de Desenvolvimento (CID). No território francês, também lecionou na

Universidade de Paris, onde ministrou cursos e foi professor associado do Departamento de Ciências Geográficas do Centro Universitários de Vincennes. Em seu cargo diplomático, foi conferencista e ouvinte de dezenas de eventos internacionais, chegando até a retornar ao Brasil em duas ocasiões, em 1967 e em 1968, a fim de cumprir prerrogativas de sua função diplomática.

No primeiro semestre de 1965, viajou à América Latina com o objetivo de ministrar cursos e conferências em diversas universidades latino-americanas. Inicialmente, aportou no México e depois seguiu para o Peru. Em Lima, foi condecorado com o título de doutor “honoris causa” e com uma bandeja de prata pelos corpos docente e discente da Universidade Nacional de Engenharia, onde palestrou sobre a dinâmica do desenvolvimento latino-americano.

Em 26 de outubro, em Paris, foi condecorado pelo ministro de Educação da Venezuela Siso Martínez (1918-1971) com a Ordem Venezuelana Andres Bello. A distinção foi criada para premiar os altos valores do espírito. A cerimônia aconteceu na residência do embaixador venezuelano Luiz Croze, na capital francesa, e contou com um alto quórum de personalidades latino-americanas e francesas, principalmente embaixadores e diplomatas. Já na primeira quinzena do mês seguinte, voltou a proferir conferências.

Ainda no final do ano de 1968, Josué de Castro se candidatou e foi nomeado pelo governo francês como Professor Associado do Departamento de Ciências Geográficas do Centro Universitários de Vincennes, vinculado à Universidade de Paris. O professor brasileiro foi um dos fundadores do centro universitário experimental, recém-criado em 1968 pela nova lei do ensino superior do governo de Charles de Gaulle (1890-1970) e que, já em seu primeiro ano, contava com cerca de 6200 alunos inscritos. Castro era o único estrangeiro do grupo de dezesseis docentes franceses do Departamento de Geografia.

Em 15 de janeiro de 1970, baixou-se o Ato Complementar 78, que determinava o afastamento de servidores públicos que tivessem sofrido a suspensão dos direitos políticos ou a cassação de mandato eletivo. Assim, mesmo já estando no exílio, Castro foi aposentado compulsoriamente de seu cargo de professor de Ensino Técnico no Brasil, vinculado à nova UFRJ, antiga UB.

Nesse mesmo ano, foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz, pela Associação Médica Internacional, em virtude de seus feitos no combate à fome. Entretanto, o prêmio foi vencido pelo engenheiro agrônomo estadunidense Norman Borlaug (1914–2009), por conta de suas contribuições na produção de alimentos.

Perto de completar dez anos de sua cassação política, Josué de Castro mantinha o desejo

de reassumir o cargo de docente de Geografia Humana na nova Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), antiga Universidade do Brasil (UB), do qual era catedrático antes do golpe civil-militar de 1964. Entrou com alguns recursos para anular sua aposentadoria compulsória e prorrogar o seu passaporte comum.

No entanto, em meio a recusas do Consulado Brasileiro em revalidar o seu passaporte e aguardando a decisão de sua reintegração ou não, Josué Apolônio de Castro, ainda desejoso de retornar ao Brasil, foi encontrado morto por sua companheira Glauce Rego Pinto em seu quarto na manhã do dia 24 de setembro de 1973, aos 65 anos. No exílio na França, faleceu vítima de uma crise cardíaca, deixando sua única esposa e seus três filhos.

Em vida, concorreu ao Prêmio Nobel de Medicina, em 1954, e ao da Paz por duas vezes, em 1963 e em 1970. Em 1955, em virtude de seus feitos, foi agraciado com o recebimento do Prêmio Internacional da Paz, condecoração concedida à época pela União Soviética (URSS). Em 1958, foi agraciado com a Ordem do Mérito Médico. Em 1965, foi condecorado com o título de doutor “honoris causa” pela Universidade Nacional de Engenharia, do Peru.

Ao passo que se consolidava ainda mais como uma figura pública internacional, Josué de Castro mantinha o desejo de retornar ao Brasil e reassumir o cargo de docente de Geografia Humana na nova Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), antiga Universidade do Brasil (UB), do qual era catedrático antes do golpe civil-militar de 1964. No primeiro semestre de 1973, em face de se completar o prazo de dez anos de seus direitos políticos terem sido cassados, Castro entrou com recursos para anular a sua aposentadoria compulsória resultante do Ato Complementar 78 de 1970.

O pedido de reintegração foi indeferido inicialmente pelo general-presidente Emílio Garrastazu Médici (1905-1985). Entretanto, a sentença foi recorrida e transformada em grau de apelação no Tribunal Federal de Recursos (TFR). O ministro Armando Leite Rollemberg (1921-1994), então presidente do Tribunal, transferiu a incumbência da tomada final de decisão para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nesse ínterim, ainda foi convidado para participar de uma conferência dos não-alinhados, que foi realizada em Argel, capital da Argélia.

Em meio a recusas do Consulado Brasileiro em revalidar o seu passaporte e aguardando a decisão de sua reintegração ou não, Josué Apolônio de Castro, ainda desejoso de retornar ao Brasil, foi encontrado morto por sua companheira Glauce Rego Pinto em seu quarto na manhã do dia 24 de setembro de 1973, aos 65 anos. No exílio, faleceu vítima de uma crise cardíaca, deixando sua única esposa e três filhos.

O seu funeral religioso aconteceu na parte da manhã do dia 27 de setembro na Igreja

Saint-Philippe-Du Roule, em Paris. Um dia após, seu corpo foi trasladado para o Brasil, chegando pelo estado da Guanabara, onde, no dia seguinte, foi sepultado pela manhã na Capela Real Grandeza do Cemitério de São João Batista, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. A cerimônia fúnebre foi acompanhada por cerca de 150 pessoas, entre familiares e amigos próximos. Seu corpo jaz no túmulo 6358/A.

Maria Laura Mouzinho Leite Lopes (1917-2013)

Maria Laura Mouzinho Leite Lopes nasceu em Timbaúba dos Mocós, Pernambuco, em 18 de janeiro de 1917. Filha de uma professora primária e um comerciante, desde cedo demonstrou aptidão para a educação, concluindo os anos iniciais do ensino fundamental e o curso de Magistério em Recife. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ingressou no Colégio Pedro II e, posteriormente, no Colégio Sion em Petrópolis. Sua paixão pela Matemática a levou a tentar um curso de Engenharia na Escola Nacional de Engenharia, mas foi aprovada apenas em Física e Matemática.

Em 1939, Maria Laura conseguiu ingressar na Universidade do Brasil (UB), onde se formou bacharela e licenciada em Matemática pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi). Sob a orientação de António Aniceto Ribeiro Monteiro, defendeu a tese “Espaços projetivos: reticulados de seus subespaços” e, em 1949, tornou-se a primeira mulher brasileira a obter o título de doutora em Matemática. Além disso, desempenhou um papel crucial na fundação do Centro Brasileiro de Pesquisa Física (CBPF) e do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA).

A carreira de Maria Laura foi marcada por seus feitos pioneiros na matemática. Em 1952, tornou-se a primeira mulher a ingressar como membro titular na Academia Brasileira de Ciência (ABC). Casou-se com o físico José Leite Lopes em 1956, e, juntos, viveram um período nos Estados Unidos, onde ela trabalhou no Departamento de Matemática da University of Chicago. Após retornar ao Brasil, Maria Laura participou ativamente na criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e na formação de importantes instituições acadêmicas.

Durante a ditadura militar, sua carreira foi severamente impactada. Nomeada professora titular da FNFi em 1967, foi cassada e aposentada compulsoriamente pelo Ato Institucional nº 5 em 1969, devido à sua postura progressista e apoio aos estudantes. Exilada nos Estados Unidos e, posteriormente, na França, Maria Laura iniciou seus trabalhos em Didática Matemática no *Institut de Recherche en Enseignement de Mathematiques* (IREM) da

Universidade Louis Pasteur, inovando na formação de professores e na pesquisa em Educação Matemática.

Em 1974, após retornar ao Brasil, Maria Laura dedicou-se à orientação do ensino da Matemática em escolas brasileiras e à formação continuada de professores. Fundou o Grupo de Ensino e Pesquisa em Educação Matemática (GPEM) em 1976, promovendo seminários e cursos para professores da educação básica. Com a Lei da Anistia de 1979, foi reintegrada à UFRJ, onde inovou a metodologia de ensino da instituição e liderou o primeiro projeto de pesquisa em Educação Matemática no Brasil.

Nos anos 1980, Maria Laura continuou a influenciar o cenário educacional brasileiro. Fundou o curso de pós-graduação lato sensu em Educação Matemática, precursor do segundo curso de mestrado na área no país. Participou do Encontro Estadual de Formação de Professores de Matemática na UFRGS em 1980, evidenciando sua dedicação à formação de profissionais comprometidos com a educação matemática no Brasil.

Em colaboração com o MEC, liderou o “Projeto Fundão - Desafio para a Universidade” no início dos anos 1980, integrando o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT). Sua atuação foi fundamental para a integração da universidade com o ensino básico e a promoção da educação científica no Brasil. Maria Laura Mouzinho Leite Lopes continuou ativa na academia e na pesquisa, contribuindo significativamente para a Educação Matemática até sua aposentadoria.

Seus feitos de extrema importância para a pesquisa e o ensino da Matemática a levaram a ser reconhecida com o título de Professora Emérita pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 25 de abril de 1996, em deliberação unânime do Conselho Universitário. No mesmo ano, foi indicada para ser coordenadora do Setor Matemática do Projeto Fundão (PF-Mat).

Em 2000, o Laboratório de Memórias do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) prestou homenagem à sua significativa atuação na Educação Matemática brasileira, sob a coordenação da professora Heloisa Maria Bertol Domingues. No ano seguinte foi condecorada com o título de “Professora Honorária da SBEM”. Já em 28 de dezembro de 2010, foi congratulada com a Ordem Nacional do Mérito Científico (ONMC), no grau de comendador.

Maria Laura Mouzinho Leite Lopes faleceu de causas desconhecidas no dia 20 de junho de 2013, aos 94 anos, deixando um grande legado. Autora de diversos, livros, trabalhos e artigos, seu trabalho pioneiro e inovador é hoje uma grande referência em todo o mundo da

Educação.

Wanderley Guilherme dos Santos (1935-2019)

Wanderley Guilherme dos Santos nasceu em 13 de outubro de 1935 no bairro de Catumbi, Rio de Janeiro, em uma família de classe média baixa. Seu pai faleceu quando ele tinha apenas seis anos, deixando sua mãe, Maria Conceição, viúva e responsável por sua criação e a de seus irmãos. Incentivado pela mãe a valorizar a educação, Wanderley estudou em várias escolas particulares modestas na Zona Norte do Rio, desenvolvendo desde cedo um gosto particular pela leitura, apesar das dificuldades financeiras.

Aos dezesseis anos, mudou-se para a Tijuca e concluiu o ensino médio no Instituto LaFayette, antes de transferir-se para o Colégio Frederico Ribeiro, onde estudava à noite para poder trabalhar durante o dia. Seus esforços para encontrar um emprego de escritório levaram-no a aprender datilografia e estenografia, embora sem sucesso em conseguir uma posição. Foi durante esse período que desenvolveu um interesse casual pela leitura, que se transformou em uma paixão duradoura.

Em 1956, Wanderley ingressou na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ, para estudar Filosofia. Seu envolvimento com o movimento estudantil começou a crescer, culminando na sua eleição como presidente do Diretório Acadêmico da UB em 1957. Durante seu mandato, participou de debates significativos, como a polêmica sobre a reforma do ensino superior com o ministro Clóvis Salgado. Sua atuação no movimento estudantil e suas críticas ao governo começaram a moldar sua reputação como um militante ativo e vocal.

Ao longo dos anos 1950, Wanderley se envolveu cada vez mais com a política, publicando análises sob o pseudônimo “Carlos Guilherme” e participando de movimentos como a Frente Estudantil de Ação Política e o Movimento Nacionalista Brasileiro. Apesar de convites para seguir a carreira acadêmica na FNFi, Wanderley decidiu focar em filosofia grega e epistemologia, embora uma barreira linguística o impedisse de se aprofundar tanto quanto gostaria.

Nos anos seguintes, Wanderley lecionou em um curso preparatório de Filosofia no Diretório Acadêmico da FNFi, atividade que gerou acusações de subversão e propagação de ideologias marxistas. Após um inquérito prolongado, ele e outros foram proibidos de acessar a faculdade. Mesmo assim, continuou seu trabalho, agora no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), onde se dedicou à pesquisa filosófica e ao pensamento social brasileiro até

a extinção do instituto com o golpe militar de 1964.

Com o advento da ditadura, Wanderley foi aposentado compulsoriamente de sua função no ISEB, acusado de subversão. Não chegou a ser preso pelo regime, mas ficou desempregado, tendo exemplares de seus livros sido apreendidos pela repressão. Passou por um longo tempo trabalhando como tradutor de livros de bolso em espanhol que eram comercializados em diversas bancas de jornais, ganhando setenta cruzeiros por volume.

Em 1965, a partir de uma indicação do economista Gilberto Paim, tornou-se um dos membros da equipe do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), um dos estabelecimentos da Sociedade Brasileira de Instrução (SBI), do Grupo Cândido Mendes. O objetivo da nova instituição era recriar o ISEB, segundo o próprio Cândido Mendes, porém mais moderno.

No dia 23 de maio de 1967, Wanderley Guilherme foi conferencista de um seminário organizado pela Frente de Cultura Popular, acerca do tema “Obstáculos Internacionais ao Desenvolvimento”, segundo um relatório do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. Organizado pela União Metropolitana dos Estudantes (UME), o evento ocorreu noturnamente no Colégio Brasileiro de Almeida. Duas semanas depois, no dia 07 de junho, também foi palestrante sobre o tema “Política e Desenvolvimento” no primeiro seminário de estudos econômicos, promovido pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas, em Belo Horizonte (MG).

Nesse mesmo ano, foi contemplado com uma bolsa do programa de financiamento de um convênio da Fundação Ford com o SBI, que mantinha o IUPERJ. Com isso, realizou o seu doutoramento em Ciência Política pela Universidade de Stanford, no oeste dos Estados Unidos, ficando até 1970.

Com o tempo, consolidou-se como um dos cientistas brasileiros mais respeitados do país. Ao longo de alguns anos, foi diretor e a principal liderança intelectual do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), atual Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). No início de 1979, foi substituído do cargo de diretor-executivo pelo professor César Guimarães. Em 1980, foi professor visitante da Universidade de Stanford. Durante o biênio de 1983 e 1984, foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), sendo um de seus membros fundadores.

Foi professor titular aposentado de Teoria Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador titular do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

No dia 03 de setembro de 2008, por meio do decreto legislativo nº 748/2008, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, sob presidência do vereador Aloisio Freitas, concedeu o título de Cidadão Benemérito do Município do Rio de Janeiro ao cientista político Wanderley Guilherme dos Santos. A decisão foi publicada na terceira página do Diário Oficial do Poder Legislativo do Município do Rio de Janeiro de 04 de setembro de 2008.

Entre 2011 e 2013, foi presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), autarquia do Ministério da Cultura. Neste cargo, segundo relatórios de atividades do próprio FCRB, os seus feitos mais notáveis foram a reforma do segundo andar da instituição, onde são realizadas as investigações, e a desapropriação de um imóvel situado no bairro de Botafogo, para fins de abrir um centro de preservação de bens culturais da Fundação.

Foi integrante do Conselho de Orientação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Também implantou e dirigiu o Laboratório de Estudos Experimentais (LEEX) na Universidade Candido Mendes (UCAM), onde chegou a desempenhar o cargo de Pró-Reitor Acadêmico.

Ao longo de sua vida, publicou dezenas de artigos e mais de trinta livros. Por suas contribuições bibliográficas, foi congratulado com quinze premiações. Aos 86 anos, Wanderley Guilherme dos Santos faleceu no dia 25 de outubro de 2019 na cidade do Rio de Janeiro em decorrência de uma pneumonia.

Considerações finais

As universidades brasileiras se tornaram campos de batalha fundamentais durante os primeiros anos da ditadura civil-militar, sofrendo uma repressão intensa que atingiu diretamente professores politicamente engajados. A implementação da “Operação Limpeza” logo após o golpe e a promulgação do AI-1 demonstram a estratégia do regime para consolidar seu controle sobre as instituições de ensino.

A antiga UB, atual UFRJ, foi duramente atingida, com a cassação de 46 professores, sendo a FNFi o principal alvo. Em 1968, o AI-5 desencadeou uma nova onda repressiva, resultando na aposentadoria compulsória de 23 docentes. Esse expurgo devastador impactou profundamente a liberdade de expressão nas universidades e prejudicou o desenvolvimento de pesquisas, especialmente nas áreas de ciências humanas e sociais.

Josué de Castro exemplifica a trajetória de um intelectual cuja vida foi profundamente

afetada pela repressão do regime militar, que o levou ao exílio na França e à cassação de seus direitos políticos. Mesmo diante das adversidades, Castro manteve seu compromisso com suas causas, atuando em âmbito internacional e continuando a contribuir para o campo das Ciências Humanas. Seu legado permanece como um símbolo da resistência intelectual e do compromisso com a justiça e a democracia.

Maria Laura Mouzinho Leite Lopes, cassada e aposentada compulsoriamente pelo Ato Institucional nº 5, enfrentou o exílio, mas nunca abandonou sua vocação. Sua contribuição para a matemática e a educação, tanto no Brasil quanto no exterior, foi imensa, com inovações metodológicas e a fundação de importantes instituições acadêmicas. Seu legado de excelência e dedicação continua a ser uma referência na formação de professores e na pesquisa acadêmica.

Por último, Wanderley Guilherme dos Santos simboliza a resiliência intelectual diante da repressão do regime militar. Sua trajetória, marcada pela cassação e pelo exílio, reflete o impacto da ditadura sobre os acadêmicos comprometidos com a crítica social e a pesquisa independente. Seu trabalho como cientista político, e suas contribuições significativas para o IUPERJ e outras instituições, demonstram sua perseverança em manter o pensamento crítico vivo.

Após a Lei de Anistia de 1979, houve esforços para reintegrar os anistiados, permitindo que muitos professores retornassem às suas posições, sinalizando uma transição rumo a um ambiente acadêmico mais democrático. No entanto, as cicatrizes desse período sombrio ainda reverberam, destacando a importância de lembrar e refletir sobre essa parte crucial da história brasileira para ajudar a moldar um futuro democrático.

Apesar dos esforços para silenciar essas vozes dissidentes, o legado de luta por direitos humanos e o compromisso com causas humanitárias prevalecem, evidenciando a resistência e a resiliência frente às adversidades impostas pela ditadura. Essas histórias, marcadas por perseguição e tragédia, testemunham a coragem daqueles que se opuseram a um regime autoritário em busca de liberdade, justiça, senso crítico e democracia.

As trajetórias desses docentes vão além de seu tempo e servem como inspiração para todos que valorizam a liberdade, a justiça e os direitos humanos. Que os nomes desses professores cassados pela UFRJ sejam preservados e que o conhecimento de suas histórias sirva como um alerta constante contra as ameaças à democracia e à autonomia das instituições de ensino no Brasil.

Referências Bibliográficas

AIRES, Luísa. **Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional**. Lisboa: Universidade Aberta, 2011.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183-191.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, comemorações e ética. Projeto História. **Ética e História oral**, São Paulo, n. 15, p. 157-164, abr. 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11227>. Acesso em: 21 jul. 2024.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Ditadura militar, universidade e ensino de história: da Universidade do Brasil à UFRJ. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 32-37, dez. 2014. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v66n4/a12v66n4.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 21 jul. 2024.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. A memória institucional e os impactos da repressão na UFRJ (1964-1985). In: Encontro de História da ANPUH-Rio, 18., 2018, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2018.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROMERO, Luis Alberto. A memória, o historiador e o cidadão. A memória do Processo argentino e os problemas da democracia. **Topoi**, v. 8, n. 15, p. 9-23, jul. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X008015001>. Acesso em: 21 jul. 2024.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.